

Construtoras: da CPI ao pódio olímpico das barbearagens

Um grupo especial de moradores do Rio não se surpreendeu quando as delegações da Austrália, da Espanha, da Suécia, entre outras, decidiram não entrar na Vila Olímpica porque os prédios não tinham condições de ser ocupados. Era o grupo formado por cerca de três mil famílias que viram ruir seu sonho da casa própria graças às inúmeras irregularidades cometidas pelas empreiteiras em várias obras no estado.

Apartamentos com paredes no reboco, mofadas, com a fiação exposta, sem água e até sem janelas; garagens inundadas, mudanças nas plantas, atrasos na entrega das chaves ou simplesmente, a inexistência do imóvel. Essas foram algumas das centenas de denúncias recebidas pela CPI das Construtoras que tramitou na Assembleia Legislativa durante o ano de 2013.

Criada para apurar irregularidades na entrega dos imóveis, a CPI se deparou com um cenário muito mais dramático do que as primeiras denúncias mostravam. Centenas de famílias que haviam adquirido imóveis na planta em empreendimentos em Campo Grande (Zona Oeste do Rio) e São Pedro da Aldeia (Região dos Lagos), simplesmente pagaram e não levaram. Os imóveis, vendidos



pela AG Prima, jamais foram construídos. Convocadas pela CPI a se explicar, as construtoras culpavam o quê? A Copa e as Olimpíadas. Segundo elas, por causa das obras para os dois eventos faltava mão de obra no mercado. Pelas barbearagens também na Vila Olímpica dá pra

perceber que o negócio das construtoras é mesmo ganhar dinheiro fácil, cobrando muito e gastando pouco.

Ao final de quase oito meses de trabalho, e depois de visitar inúmeros prédios em condições precárias, o relatório da CPI mostrou um quadro dantesco. Prejudicadas pelo atraso de até três anos na entrega dos imóveis, famílias foram obrigadas a morar com parentes e muitos perderam as economias de toda a vida.

A CPI aprovou uma série de medidas contra as 15 construtoras denunciadas - entre elas a RJZ Cyrella, MRL Engenharia, João Fortes e OAS. Uma delas foi a assinatura do um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público, de maneira a obrigá-las a seguir regras em benefício dos compradores. A AG Prima, que não construiu nenhum dos seis empreendimentos previstos, foi obrigada a ressarcir os compradores dos condomínios em Campo Grande.

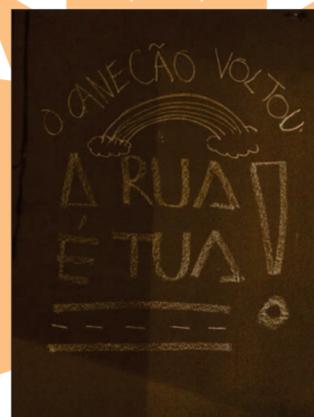
"Lamentavelmente - diz o ex-deputado estadual Gilberto Palmares, criador e presidente da CPI -, a fiscalização continua falhando e as empreiteiras a fazer o que bem entendem. Esta é uma luta permanente em defesa dos direitos dos compradores".

Ativistas da Cultura retomam o Canecão

Malabares ocupam uma parte do que um dia foi a plateia. Nas barracas montadas no antigo espaço privilegiado para assistir aos shows, algumas pessoas descansam. No palco, um grupo de mulheres ensaia a apresentação que acontecerá à noite enquanto na parede a projeção deixa claro: Fora Temer!

O Canecão, casa de espetáculos que ficou fechada por seis anos na Zona Sul do Rio de Janeiro, é agora um lugar vivo, repleto de ideias e cultura. A reabertura aconteceu no dia quatro de agosto e foi realizada pelo movimento Ocupa Minc, resistência ao golpe que afastou a presidenta Dilma Rousseff do poder. Tudo começou com a extinção do Ministério da Cultura, mas o recuo do governo interino que reestabeleceu o status de ministério à pasta não demoveu os manifestantes da luta.

A mobilização no Canecão substituiu a ocupação do Palácio Gustavo Capanema, sede do Ministério da Cultura no Rio de Janeiro. Os ocupantes foram retirados



do Capanema pela Polícia Federal e Batalhão de Choque às vésperas do início da Rio 2016. Se o objetivo era evitar que a cidade olímpica revelasse a realidade aos visitantes, o efeito foi contrário. Tudo ali, especialmente a fachada pichada em português e inglês, revela o golpe.

Durante 43 anos o Canecão recebeu os principais artistas nacionais e estrangeiros. Agora, volta a ser palco da cultura, com sentido mais amplo e com o foco na luta cultural e política. Ana Karenina, uma das integrantes da organização da ocupação não deixa dúvidas. "Somos um movimento horizontal, diversificado e suprapartidário", explicou. "Nossa pauta principal é o 'Fora Temer'".

A programação é intensa e aberta ao público. Não há cobrança de ingressos, apenas solicitação de doações livres. Todas as atividades são divulgadas em www.facebook.com/OcupaMincRJ/.

Para ler o Direito de Opinião online acesse: www.gilbertopalmares.com.br

Expediente

Coordenação: Gilberto Palmares • Jornistas: Rosa Leal, Rosângela Fernandes e Tatiana Guimarães • Projeto Gráfico: Julia Galvão
Apoio: Adilson Faria, Ana Lúcia Silva, Artur Santos, Glória Sardinha, Henio Costadella, Jose Augusto Cabral, Natália Itanagé, Roberto Caldeira, Rosemere Barnabé • Fotos: Rosa Leal e Rosângela Fernandes • Impresso na 3Graph • Tiragem: 6 mil

Para falar com Direito de Opinião: • telefone: 21 2263.9084 • e-mail: jornaldireitodeopiniao@gmail.com

DIREITO DE OPINIÃO

Nº 12
Agosto de 2016

Nas ruas e nos estádios, o grito é um só: FORA TEMER!

Foi ao som de música clássica, ao ritmo do batuque, com palavras de ordem, faixas em várias línguas e com muita energia que o 'Fora Temer' tomou a Avenida Atlântica, em Copacabana, no dia da cerimônia de abertura da Olimpíada Rio 2016.

Quase 25 mil pessoas levaram à orla uma mensagem clara, traduzida nas palavras da advogada Edva Aguiar. "O que estamos vivendo é golpe, não é impeachment. Nós estamos aqui para mostrar ao mundo que Temer não é nosso presidente, é um interino que precisa ser expurgado o quanto antes porque todo dia ele lança medidas contra o povo brasileiro e contra o nosso patrimônio", argumentava.

Um protesto que usou os símbolos olímpicos e marcado pela diversidade, com participação de torcidas organizadas, centrais sindicais, movimentos sociais como grupos de mulheres, o Levante da Juventude, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Líder do MTST, Guilherme Boulos chamava atenção para a oportunidade de romper o silêncio sobre o afastamento da presidenta Dilma Rousseff. "Mais de 10 mil jornalistas estrangeiros estão no Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos. Precisamos dizer a eles o que acontece no país. Já que imprensa brasileira manipula as informações vamos romper o cerco e contar ao mundo que estamos vivendo

um golpe", explicou.

A caminhada pela Avenida Atlântica chamava atenção para as consequências da conjuntura política para a população. O senador Lindbergh Farias ressaltou o risco para os trabalhadores. "É um golpe para tirar direitos dos trabalhadores, impor a terceirização indiscriminada, ameaça à saúde e à educação pública. É um ataque à população, especialmente a mais pobre desse país."

Vestido de verde e amarelo e com a bandeira do Brasil nas costas, o historiador Carlos Fidelix Pontes chamava atenção para a defesa do patrimônio nacional. "Eles são entreguistas, estão entregando a Petrobras, o Pré-sal, estão quebrando o país. O Brasil não é deles, é nosso", afirmava emocionado.

A indignação com o governo interino invadiu também as arenas olímpicas. Na cerimônia de abertura, vaia intensas ecoaram no Maracanã nos cinco segundos de fala de Michel Temer. Nos jogos, cartazes, gritos e muita criatividade lembraram ao mundo que o Brasil não vive mais uma democracia. Os protestos foram duramente reprimidos pela polícia e agentes de segurança, que retiraram dos estádios e arenas olímpicas torcedores com cartazes ou camisetas com a frase "Fora Temer" - exatamente como nos tempos de ditadura.

Mas os brasileiros não se calam. Três dias depois

do início da repressão, o juiz federal João Augusto Carneiro Araújo, em resposta a um pedido do Ministério Público Federal contra a União, o Estado do Rio e o Comitê Organizador da Rio 2016, concedeu liminar liberando as manifestações pacíficas. Sim, é golpe. E o mundo precisa saber disso.



Editorial

O FGTS é dos trabalhadores

Até 1967, os trabalhadores que completassem dez anos de empresa tornavam-se estáveis. O patrão só poderia demiti-los em caso de falta grave. A ditadura militar mudou a lei, substituindo a estabilidade pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Com a criação do Fundo, os patrões passaram a depositar mensalmente 8% do salário e, em caso de demissão, o trabalhador retirava esse valor acumulado.

Com a criação do FGTS os trabalhadores não perderam só a estabilidade - a partir de então as

demissões arbitrárias começaram a acontecer livremente. Perderam, também, na correção desse valor acumulado.

A remuneração paga aos recursos do FGTS, que pertencem exclusivamente aos trabalhadores, é inferior à inflação, fazendo com que haja grandes perdas com o passar do tempo. O prejuízo é ainda maior porque é a partir do saldo da conta do FGTS que é calculada a multa de 40% paga pelos patrões em caso de demissão sem justa causa.

Agora, no governo golpista Temer, inicia-se forte campanha para retirar a administração do FGTS, hoje na Caixa Econômica, transferindo esses recursos vultosos para os bancos privados - o dinheiro do Fundo também é aplicado em programas habitacionais e saneamento básico.

O cinismo é tão grande que a grande mídia, Globo à frente, diz que os bancos privados remuneram melhor o FGTS. Mentira. Até 1992 o FGTS era administrado por esses bancos, que aplicavam o dinheiro onde queriam e o trabalhador continuava sem uma correção justa.

Por isso é preciso barrar essa medida. A legislação deve ser alterada sim, exigindo que os recursos do FGTS sejam corrigidos, no mínimo, pela inflação. Mas o Fundo deve continuar a ser administrado pela Caixa Econômica, o maior banco social do país.

Gilberto Palmares



Um tucano no STF

Em 2002, quando ocupava o cargo de Advogado Geral da União (AGU) e iniciava sua trajetória no alto escalão do Judiciário brasileiro, o hoje ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, ganhou o apelido de Darth Vader, um dos maiores vilões do cinema de todos os tempos.

Como chefe da AGU e homem de confiança do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Gilmar foi o mais ferrenho defensor do racionamento de energia que mergulhou os brasileiros no maior apagão da história. Como prêmio pelos bons serviços, foi indicado por FHC para ser ministro do STF. Empossado, jamais pode ser chamado de mal agradecido. Pelo contrário. No Supremo, tem sido porta voz das forças retrógradas, e agora golpistas, e um adversário dos direitos dos trabalhadores.

Seu pedido de vistas, que atrasou por um ano e cinco meses a votação do fim do financiamento privado de campanhas, é apenas uma de suas decisões polêmicas. A mais recente, agora como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi o pedido de cassação do registro do PT. A medida, que faz o Brasil retroceder à ditadura, tem um só objetivo: impedir, a qualquer custo, que Lula seja candidato à Presidência da República em 2018. A revista Carta Capital, em 2012, fez um resumo das denúncias contra Gilmar:

. Foi acusado de desfalque e sonegação fiscal por seu ex-sócio, o ex-Procurador Geral da República, Inocêncio Mártires Coelho. Mártires encerrou o processo em troca de indenização de R\$ 8 milhões.

. Denunciado pelo jornal Estado de São Paulo que mostrou as ligações de Gilmar com o senador Demóstenes Torres (PFL/GO), cassado por corrupção, e o bicheiro Carlinhos Cachoeira, preso recentemente.

. Mandou soltar o médico Roger Abdelmassih, condenado a 278 anos de prisão por 52 estupros e quatro tentativas de abuso a 39 mulheres. Com o habeas corpus concedido por Gilmar, o médico fugiu do Brasil no dia seguinte.

. Mandou soltar o banqueiro Daniel Dantas, envolvido na Operação Satiyagraha, que investigava desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro. Relator do processo, Mendes concedeu dois habeas corpus em menos de duas horas. Já o delegado Protógenes Correa, que chefiava a Operação Banqueiro, foi acusado de usar escuta clandestina para flagrar Dantas. Perseguido, Protógenes hoje vive na Suíça, onde pediu asilo político.

. Mandou arquivar todos os inquéritos contra Aécio Neves, delatado seis vezes na Lava Jato.

. Faz reuniões frequentes com lideranças tucanas e Michel Temer. Foi depois de uma dessas reuniões que Mendes anunciou a decisão de cassar o registro do PT.



Gilmar Mendes
Ministro do STF

A agonia da Uerj

Uma das mais conceituadas universidades públicas do país, a Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) vive a pior crise de seus 66 anos. Nas palavras do reitor Ruy Garcia, em audiência pública realizada em abril deste ano, "é a maior crise de financiamento que a Uerj já enfrentou em sua história".

Com recursos cada vez mais escassos, a situação da Uerj se tornou crítica a partir do final de 2014, quando os constantes atrasos no pagamento levaram a empresa terceirizada de limpeza a romper o contrato. Os trabalhadores foram demitidos, o restaurante universitário (bandejão) foi fechado, servidores e professores tiveram os salários atrasados. Com o campus sem condições de funcionamento, os estudantes iniciaram uma série de protestos levando o então reitor, Ricardo Veiralves, a adotar uma medida extrema: fechou a universidade.

De lá pra cá, sem qualquer perspectiva de que a crise financeira chegue ao final, com os professores e os servidores técnico-administrativos em greve desde março de 2016, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão adiou as inscrições para o vestibular de 2017. Na ocasião, a professora e conselheira Lia Rosa declarou: "O que a gente está dizendo é que continuar o processo de seleção dos futuros estudantes da universidade, que vão estudar em 2017, quando a gente não começou nem 2016, é um contrassenso".

No início deste ano, o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Gustavo Tutuca, rebateu as críticas de professores, servidores e alunos sobre a redução promovida pelo governo do estado nos recursos direcionados à Universidade. Em artigo publicado no jornal O Globo, o secretário Tutuca diz que a Uerj teve um aumento de 141% no seu orçamento durante os governos de Sérgio Cabral e Pezão. Segundo ele, "atendendo a uma demanda histórica da sua comunidade e com a aprovação dos sindicatos, do governo e do Parlamento estadual" a Universidade "passou a gastar a maior parte do aumento real da sua receita com a recomposição e valorização do seu quadro de servidores".



Esse suposto aumento é veementemente contestado por professores e servidores. Depois de várias audiências públicas na Assembleia Legislativa, eles haviam negociado a aprovação de três Projetos de Lei: um assegurando as conquistas dos servidores, outro o Plano de Carreira Docente e o terceiro, de reajuste das bolsas dos estudantes. No entanto, a inclusão não negociada de um artigo concedendo aumento de 180% aos advogados da Uerj, levou o Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos a encaminhar a continuidade da greve iniciada em março. Já os professores, que suspenderam a greve no final de julho, cobram a criação de um Grupo de Trabalho que discuta a incorporação da Dedicção Exclusiva no vencimento base, conforme havia sido acertado.

A expectativa é que a Uerj retome suas atividades ao final das Olimpíadas.

Rio é medalha de ouro em mortes por tuberculose

As propostas dos candidatos a prefeito da cidade

A dois meses das eleições municipais, **Direito de Opinião** encaminhou aos três candidatos a prefeito alinhados com o campo progressista a seguinte pergunta:

A cidade do Rio de Janeiro é a capital brasileira com o maior índice de mortalidade por tuberculose. São 6,9 mortes a cada 100 mil habitantes, o dobro da média das demais capitais. Como candidato a prefeito, quais as suas propostas para combater efetivamente essa doença?



Alessandro Molon (Rede)

Combater a tuberculose é não mais ter moradias insalubres, apostar na prevenção e garantir uma rede pública eficaz no diagnóstico e acompanhamento dos cidadãos. A doença se espalha em locais com alta densidade populacional, tornando mais vulneráveis moradores de comunidades, presos e pessoas em situação de rua.

A incidência da tuberculose nas comunidades cariocas, por exemplo, é de 300 por 100 mil habitantes, mais de quatro vezes a taxa da cidade, de acordo com estudo da UERJ. A garantia de uma moradia saudável e a melhor ocupação do espaço urbano são centrais nesta luta.

A ampliação e equipagem da rede de atenção básica, aliada a campanhas educativas contínuas para ajudar a prevenir a doença e encorajar o tratamento ininterrupto são outras frentes de atuação. Muitos abandonam o tratamento, que dura em média seis meses, por falta de monitoramento dos agentes de saúde. Em alguns lugares, como Acari, Costa Barros e Barros Filho, as equipes de saúde sequer conseguem chegar por conta da violência de grupos armados, evidenciando que também se trata de uma questão de segurança e de mobilidade.

Por isso, é imperativo que as secretarias do município e do governo trabalhem de forma articulada, tornando esta uma luta integrada e intersetorial, com ações mais eficientes.



Jandira Feghali (PCdoB)

A tuberculose é uma doença associada à pobreza e à moradia em condições precárias. Mais de 1,7 milhões de cariocas vivem em favelas, o que faz com que quase 5 mil contraíam tuberculose a cada ano. A Rocinha é um dramático exemplo de epidemiologia carioca. A primeira coisa a fazer é interromper a contaminação dando aos cariocas moradias dignas como o Minha Casa, Minha Vida. É preciso retomar o desenvolvimento do país garantindo emprego e rendimentos adequados que permitam uma alimentação suficiente e saudável.

Uma vez contraída a doença é preciso diagnosticá-la precocemente, dar tratamento supervisionado e, nos casos de retardo, fazer cultura do escarro. O Rio faz cultura em menos de 12%. A consequência é a resistência do bacilo e ineficácia do tratamento. Para isso, é preciso o engajamento da comunidade e valorização do trabalho dos agentes comunitários de saúde.

Nosso programa pretende oferecer a cada um o cuidado que precisa, na hora e no lugar que precisa. Cada bairro e cada comunidade disporão das informações e das capacidades de promover a saúde e tratar dos casos que ali ocorram. As Clínicas da Família receberão alertas para cada caso de abandono do tratamento ou mudança de endereço. É inaceitável que alguém contraia tuberculose e, mais ainda, contraída, não obtenha o cuidado que necessita e venha a falecer. É quase um homicídio por omissão do governo. Não aceitaremos isso passivamente!



Marcelo Freixo (PSOL)

Vamos realizar concursos públicos para aumentar o número de médicos, enfermeiros e agentes comunitários do programa de Saúde da Família. Queremos ampliar a rede de atenção primária, priorizando os locais onde a doença é mais recorrente, como a Rocinha e a Maré, para aprimorar a qualidade do acompanhamento médico e diminuir as taxas de reincidência que resultam, em geral, do alto índice de abandono do tratamento por falta de atendimento qualificado. Além disso, iremos investir em campanhas educativas para informar a população e estimular a procura dos serviços de saúde nos primeiros sintomas da doença. O tratamento é acessível e a cura é possível. Contudo, nosso maior desafio será na prevenção. A tuberculose se dissemina mais facilmente em áreas de grandes aglomerações de pessoas, onde os ambientes são abafados, sem entrada de luz solar ou circulação de ar. Quando a política de saneamento ambiental é precária, a situação se torna ainda mais dramática. Ou seja, para enfrentar a tuberculose é necessário promover políticas de moradia digna. Por isso, vamos planejar, junto com os moradores de cada bairro, a requalificação urbana das zonas mais afetadas pela doença, realizar obras de alargamento das ruas e ampliar a rede de coleta e tratamento de esgoto. Precisamos tornar o Rio mais saudável e ecológico.